
A DIFICULDADE AO ACESSO DO AFRODESCENDENTE A ESCOLARIZAÇÃO

Maíza da Silva Francisco¹

RESUMO

Este trabalho visa compreender o apagamento da historiografia da educação relacionada à população negra. Para isso é importante a reflexão sobre o passado pois a historiografia brasileira ignorou os estudos sobre a população negra deixando de tratá-la como sujeitos de sua própria história (BARROS, 2005, p. 16). A prática adotada pela historiografia pode ser dominada como racismo historiográfico (REIS, 2009) devido à abordagem sobre a população negra e seus processos de aquisição de conhecimentos. No final do período escravocrata onde existia lacuna que possibilitou a população negra pudesse acessar outros saberes. Ancoramos teoricamente nas pesquisas, Siss (2003) e Fonseca (2007) quando pensam essas questões de raça e etnia. É preciso, como aponta Kilomba (2017) desconstruir o racismo e descolonizar o conhecimento.

Palavras-chave: Escolarização. Afrodescendente. Frente Negra Brasileira.

THE DIFFICULTY TO ACCESS THE AFRODESCENDENT TO SCHOOLING

ABSTRACT

This work tries to understand the erasure of the historiography education related to black people. To do that, it's important to reflect about the past, because the Brazilian historiography has ignored the studies of black population leaving the treatment of them as subjects of their own history (BARROS, 2005, p. 16). The practice adopted by historiography can be dominated as historiographical racism (REIS, 2009), due to the the approach about black people and its processes of knowledge acquisition. At the end of the slavery period, where were a gap that has allowed black people access to other knowledge. We anchor theoretically on the researches, Siss (2003) and Fonseca (2007) when they think those racial and ethnic questions. It's necessary, as punted by Kilomba (2017) to deconstruct racism and decolonize knowledge.

Keywords: Schooling. African Descendant. Frente Negra Brasileira.

LA DIFICULTAD AL ACCESO DEL AFRODESCENDIENTE LA ESCOLARIZACIÓN

RESUMEN

Este trabajo tiene por objetivo comprender la supresión de la historiografía ligada a la población negra. Para eso, es importante reflexionar acerca del pasado, ya que la historiografía brasileña ignoró los estudios acerca de la población negra, dejando de tratarlos como sujetos de su propia historia (BARROS, 2005, p. 16). La práctica adoptada por la historiografía puede ser dominada como "racismo historiográfico" (REIS, 2009) debido al abordaje sobre la población negra y sus procesos de adquisición de conocimientos. En en final del periodo esclavista donde existía

¹ Especialização em Diversidade Étnica e Educação Superior Brasileira. Tutora do Centro de Educação a Distância de Educação. Mestranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação, contextos Contemporâneos e Demandas Populares (Ppgeduc – UFRRJ).

laguna que ha possibilitado que la población negra pudiera acceder otros saberes. Nos anclamos teóricamente en las investigaciones, Siss (2003) y Fonseca (2007) cuando piensan esas cuestiones de raza y etnia. Es preciso, como apunta Kilomba (2017) desconstruir el racismo y descolonizar el conocimiento.

Palabras-clave: Escolarización. Afrodescendiente. Frente Negra Brasileira.

INTRODUÇÃO

Objetivo desse estudo é analisar a historiografia brasileira *a partir da interpretação de alguns teóricos* das ciências humanas e sociais que possuem estudos relacionadas a escolarização da população afrodescendente brasileira. Nesse contexto a pesquisa busca trazer alguma contribuição e reflexão relacionada a educação ou escolarização tendo como eixo a inserção da população negra na narrativa do campo histórico “que se apoia na diferença entre o presente e o passado. Supõe sempre o ato que propõe uma novidade, desligando-se da tradição, para considerá-la como o objeto de conhecimento.” (CERTAU, 1982, p.37).

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com a finalidade de examinar o enredamento da escolarização da população afrodescendente brasileira no contexto da Lei 10.639/2003. O referencial teórico está pautado na discussão no campo das relações étnico-raciais. Nesse sentido a pesquisa apresenta-se assim estruturada: na primeira parte abordarmos os aspectos históricos sobre a escolarização da população negra, o segundo a inserção da população negra e o terceiro o levante da população afrodescendente em prol a educação.

APONTAMENTOS HISTÓRICOS

Pesquisas realizadas por Barros (2005) Fonseca (2016), Veiga (2008) entre outros, relacionado a escolarização da população afrodescendente brasileira e problematiza pesquisas que apontam a insistência da presença desse grupo étnico racial na instituição de ensino.

Esses mesmos autores apresentam em suas pesquisas praticas educativas ocorridas durante o período imperial, ao analisar a província de Minas Gerais, o historiador Marcus Vinicius Fonseca (2007) constatou que a havia um quantitativo de afrodescendente sendo alfabetizado no período de 1820-1850.

Ao analisar a escola desta província deparou com lista de nomes dos discentes escrita de forma hierarquizada, onde os brancos eram os primeiros nomes da lista , o

segundo nomes eram dos mulatos, em terceiro lugar constava os dos discentes pretos.“ Nessa lista dos professores de primeiras letras revelam que os pretos compunham a maioria dos alunos presentes em suas aulas e, mesmo quando não eram a maioria, estavam presentes em número próximo ao dos alunos brancos (FONSECA, 2009, p. 591).

Outras fontes documentais também comprovam a existência da escolarização do afrodescendente. Como relata a pesquisadora Veiga (2008) ao examinar o relatório apresentado pelo inspetor geral da Instrução Leônidas Lessano ano de 1876, foi possível perceber que o discente da escola era composto por sujeito com pouco recurso financeiro,

[...] pertencia à classe pobre de diferentes origens étnicas – brancos, negros e mestiços. Destaca-se que, em geral, houve certa homogeneização no tratamento desse grupo – pobres, negros e mestiços – como inferior, a partir de sua representação como grupo não civilizado. (VEIGA, 2008, p.39)

No entanto, observa-se que foi criado alguns mecanismos para dificultar o acesso a população afrodescendente na instituição de ensino, desde do Decreto N° 1.331-A no ano de 1854 de autoria de Couto Ferraz, que tinha a finalidade regulamentara reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte, na província do Rio de Janeiro. Em seu Art. 69 desta normativa foi evidenciado que “Não serão admitidos á matricula, nem poderão frequentar as escolas. No inciso terceiro foi declarado a não permanência de escravos no ambiente escolar.

Mesmo com a promulgação do Decreto do Couto Ferraz ainda existiam relatos de escravos e libertos que frequentassem a escola, seja através de organização da população escrava, ou por instruções ofertadas por padres e até pelos senhores para que o escravo pudesse trabalhar em suas vendas, como ambulantes, atividades que envolvia o comércio. Mesmo com acesso na escola formal o afrodescendente brasileiro tinha dificuldade de frequentar a instituição de ensino como evidencia Barros (2005) a ausência de vestimentas, adequadas, a falta de merenda, os uniformes, a discriminação racial e preconceito sofrido por essas crianças devido ao seu grupo étnico-racial.

Nesse sentido, a dinamização do processo da escolarização da população afrodescendente colabora com a (des) construção historiografia que constrói no do pensamento social brasileiro a população afrodescendente sempre inclinada aos anseios e desejos dos seus senhores agricultores de terras.

A INSERÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

O desenvolvimento da industrial no início do século XX foi fundamental para a ampliação do sistema escolar, possibilitando a inserção da população negra de fato no sistema oficial de ensino no país, “esse momento que vai e enfatizar a disseminação da escola primária, a escola do povo.” (ABREU, 2011, p. 237).

E também no início do século XX começa no Brasil várias reformas na educação no período do Governo provisório de Getúlio Vargas, que estiveram com pauta a educação. Como a unificação da escolarização no Brasil a nível nacional, Fundação da Associação Brasileira de Educação, em 1924 que tinha como finalidade promover debates relacionados a educação, a influência da escola nova e o manifesto de 32, que propunham várias normas para uma educação. Essas propostas realizadas por vários intelectuais que buscavam discutir as questões como novo modelos de educação, e apoiava uma educação eugenistas.

Esse intelectivos progressistas criaram novo modelo de educação a partir dos moldes europeus com o cunho nacionalista que estavam relacionadas a ideologia racial em termos gerais. Para D'Ávila (2005) criavam políticas educacionais, a busca de um utópico sonho de um Brasil moderno, progressista e democrático fazia com que suas visões fossem influenciadas pelos significados de raça possuído por eles (D'AVILA, 2005, p.116).

Nesse sentido os republicanos criavam emendas que não abrangia população negra brasileira devido ao pensamento social brasileiro que consistia a figura do (a) negro (a) não era capaz de tornar-se civilizado tendo a limitação biológica como maior fator, desse modo população negra permanecia em grande parte à margem de todo o processo de consolidação da proposta voltado para nação brasileira. Dentro dessa perspectiva O movimento educacional reformador amplia “deixa de constituir um privilégio determinado pela condição econômica e social do indivíduo, para assumir um caráter biológico” (MANIFESTO, 1932, p. 3).

Dentro dessa perspectiva podemos afirmar, que esse novo modelo educacional proclamado por esses intelectuais não tinha interesse de incluir a população negra no processo educacional de ensino, a ciência eugenista tinha uma atuação além da científica pois estava articulada com os projetos políticos de formação dos projetos políticos educacionais.

Principalmente por alguns desses homens letrados, como Lacerda, Roquete Pinto

entre outros compartilhava do mesmo pensamento em relação a ciência eugênica no país que foi absorvida pela teoria do branqueamento como modelo a ser seguido no Brasil. Podemos constatar tais afirmações quando observamos a Constituição de 1934 para regulamentar por meio do Art.138 que estabelecia a incumbência a União Estados e municípios nos termos da Lei em seu inciso b) estimular a educação eugênica.

Esse projeto político pedagógico não possuía caráter integrador e descaracterizava esse documento como de inclusão educacional para a população brasileira. Desta forma a inserção da população afrodescendente no âmbito escolar torna-se mais difícil devido o racismo.

Foi a partir desse cenário historiográfico que intelectuais negros, a partir da 1930 pela sua militância inicia o processo de luta em prol a inserção, permanência e mobilidade social para a população afrodescendente com o intuito de reivindicar por uma sociedade mais igualitária.

O LEVANTE DA POPULAÇÃO AFRODESCENDENTE EM PROL DA EDUCAÇÃO

Embora a ampliação da escola pública na década de 30, a população afrodescendente brasileira encontra vários entraves de acessar a escolarização, visto que mesmo com a legislação implementadas, reformas educacionais, não conseguiam de legitimar a inserção e permanência desse grupo racial na esfera escolar. Diante dessa problemática que tange a educação para os afrodescendentes brasileiros que acreditava na “ educação como forma de alcançar o progresso e de superar o atraso econômico” (SISS, 2003). Criou-se associações Negras como a Frente Negra Brasileira que tinha como finalidade de alfabetizar ou escolarizar a população afrodescendente, e prepará-los para o mercado de trabalho.

Para esses idealizadores negros a educação era a “ maneira de preparar a população afrodescendente para a vida profissional, permitir –lhe conhecer melhor os seus problemas e, até mesmo, como alternativa de combater o preconceito (PINTO, 1993, p. 238). Esse grupo posicionava politicamente e mobilizava através de jornais publicados pela militância negra como o canal de divulgação de empregos, e mobilizavam aos país matriculassem seus filhos nas escolas.

A imprensa negra brasileira tinha como caráter educativo informavam o que mais afetava a população negra na instituição de ensino, na saúde, habitação, além disso

em seus jornais era utilizado para denunciar práticas racistas e “discriminatórias sofridas pela população negra em hotéis, teatros, restaurantes, cinemas e clubes orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas”. (RODRIGUES, 2007, p. 103)

Nesse sentido a Frente Negra Brasileira (FNB) redescobre e incentiva o desenvolvimento do intelecto da população negra por intermédio dos folhetins. O negro afirma-se como sujeito numa categoria social que inicia o processo de luta para ascender no campo educacional, social e econômico por meio da instrução travando uma luta inter-racial dentro da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme explorado ao longo da pesquisa sobre o acesso a escolarização da população afrodescendente brasileira no que tange a escola como o principal caminho para que esse grupo étnico consiga a ascender socialmente e torna-se o sujeito culto.

A luta por parte da população afrodescendente em acessar o ambiente escolar foi marcado por uma realidade de diferenciação do sujeito negro pela a cor da sua pele, a marca racial aqui apresentada não ficou apenas na abstração.

Dada a realidade de séculos de dominação relacionado a população afrodescendente e a inserção no ambiente escolar por muitas vezes parecia contraditória devido oras a elite branca incentivou e depois dificultou através de legislações. E estrategicamente para a manutenção do status quo na sociedade, buscou afirmar-se na escolarização como dominação.

REFERÊNCIAS

BARROS, S. A. P. *Negrinhos que por ahí andão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870 – 1920)*. São Paulo: FEUSP, 2005.(Disertação de Mestrado).

BERNARDO, T. *Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo*: EDUC/Editora da UNESP, 1998.

BRASIL. Constituição de 1934 Planalto. *Constituição da república dos estados unidos do Brasil*. Disponível em: <://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 25 out. 2017.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (1961). Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. BRASÍLIA: Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-norma-Atualizada-pl.html>. Acesso em: 13 mar. 2018.

DÁVILA, J. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil 1917-1945*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

DOMINGUES, P. Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2008, vol. 13, n.39, pp.517-534.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo [online]*. 2007, vol. 12, n.23, pp.100-122.

FONSECA, M. V. da. As primeiras práticas educacionais com características modernas em relação aos negros no Brasil. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; PINTO, Regina Pahim (Orgs.). Negro e educação: presença do negro no sistema educacional brasileiro. São Paulo: Ação educativa, Anped, 2000.

_____. A arte de construir o invisível: o negro na história da educacional brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 13, jan. /abril, p.11-50, 2007b.

GOMES, N.L. Intelectuais Negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula. (Orgs.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve apresentação. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federaln. 10.639/2003. Brasília: SECAD-MEC, 2005

_____. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. *Cadernos Pagu*, nº 6-7, p. 67-82, 1996

_____. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na Educação Brasileira: desafios, políticas e práticas. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 27, n. 1, p. 109-121, 2011

PINTO, R. P. Raça e Educação: uma articulação incipiente. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 80, p. 41-50, fev. 1992, p. 41-50, 1992.

_____. Movimento negro e educação do negro: ênfase na identidade. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo: FCC. Nº 86, agos. 1993

SISS, A. *Afro-brasileiros cotas e ação afirmativas: razões históricas*. 1 ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2003

_____. Afro-brasileiros e qualidade da educação: transformações e possibilidades. *Revista Boletim Interfaces da Psicologia da UFRural RJ*, Rio de janeiro, v. 2, n. 1, p. 16-25, 2009.

_____. *Democracia Racial, Culturalismo e Conflito no Imaginário dos Não-Brancos*. Dissertação (mestrado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ. 1994. mimeo.